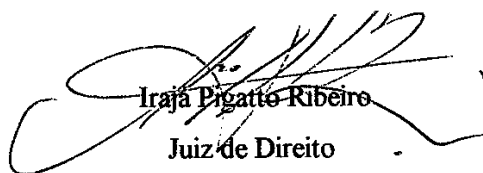


Autos nº 716/99

Sentença em separado, em 5 (cinco) laudas.

Em 23 de novembro de 2.001.


Iraja Pigatto Ribeiro
Juiz de Direito





Estado do Paraná



PODER JUDICIÁRIO

COMARCA DE CASCAVEL
PRIMEIRA SERVENTIA CÍVEL

Autos nº 716/99

Vistos e examinados.

CALÇADOS RAMARIM LTDA. pediu a falência de CALÇADOS MANDARIM LTDA., ambas qualificadas nos autos, dizendo-se credora da Requerida pela importância de R\$ 13.891,38, representada pelas duplicatas que juntou (23).

A Requerida, citada, ofereceu defesa, dizendo, em síntese, que não pode a Requerente se valer da ação de falência para a cobrança do seu crédito, que o protesto foi irregular, já que não foi observado o disposto no artigo 10 da Lei de Falência e não foi o seu representante legal intimado pessoalmente, que não é insolvente, que não há prova da qualidade de comerciante das partes, que não pediu a remessa das mercadorias enviadas pela Requerente e, por fim, que nem todas as duplicatas que instruem o pedido estão acompanhadas do comprovante de entrega das mercadorias.

Sobre a defesa manifestou-se a Requerente às fls. 184/187.

O Ministério Público, com vistas dos autos, opinou pela decretação da quebra (fls. 189/199).

A Requerida pediu o cálculo do débito para depósito, que não fez.

Realizou-se audiência visando a conciliação das partes, tendo na ocasião a Requerida proposto o pagamento parcelado da dívida, não aceito pelo Requerente.

É o relatório.

Decido.

O pedido de falência está devidamente instruído.





Estado do Paraná

PODER JUDICIÁRIO



COMARCA DE CASCAVEL PRIMEIRA SERVENTIA CÍVEL

2

Autos nº 716/99

As duplicatas juntadas pela Requerente foram devidamente sacadas e protestadas, por falta de devolução e pagamento, e, com exceção daquelas oriundas das notas fiscais ns. 251246, 252040 e 252041, estão devidamente amparadas por comprovantes de entregas das mercadorias (fls. 20, 59 e 90)

Sobreleva notar, por válido, que as mercadorias relacionadas nas notas fiscais ns. 251246, 252040 e 252041, foram entregadas à empresa Pandolfo dos Reis & Cia. Ltda., com sócios parcialmente idênticos à Requerida (contrato social nos autos nº 715/99 deste Juízo, onde teve a empresa decretada a sua quebra) e estabelecida no mesmo endereço da Requerida, nada havendo de irregular, portanto, na intuição de que mesmo elas podem ter sido por esta recebidas.

De todo modo, uma vez comprovadas a mora e a insolvência da Requerida, e à míngua de depósito elisivo, a adequação, formal e material, de apenas um dos títulos que embasam o requerimento seria suficiente à decretação da quebra, ainda que, em tese, todos os demais fossem irregulares.

Sobre a intimação do apontamento, certificou o Sr. Oficial de Protesto ter intimado a sacada, por seu presentante legal, pessoalmente e via notificação no seu endereço, nada havendo nos autos que inquiere, minimamente, a presunção de veracidade e a fé pública que se extrai daquela afirmação. Para argumentar, assinale-se que a Lei se contenta com a entrega do aviso no endereço do devedor, não sendo necessária a entrega ao próprio (Lei nº 9.492/97, artigo 14).

No mais, com a efetivação do protesto cambial, cabível e regular na espécie em comento, era dispensável o protesto especial a que se refere o artigo 10 da Lei de Falências.





Estado do Paraná

PODER JUDICIÁRIO



COMARCA DE CASCAVEL PRIMEIRA SERVENTIA CÍVEL

3

Autos nº 716/99

Outrossim, assentam o estado de insolvência da requerida o não pagamento pontual dos diversos títulos líquidos e certos, a inexistência de depósito elisivo, além da não demonstrada capacidade patrimonial, de modo que não há que se falar, nestas circunstâncias, em uso indevido do processo falimentar ou até mesmo em impossibilidade jurídica do pedido.

Note-se que bem poderia a Requerida, uma vez que assim pediu, ter efetuado o pagamento da dívida ou até mesmo, *ad cautelam*, o depósito elisivo, até parcialmente. No entanto, malgrado dizendo possuir condições de fazê-lo, não o fez.

Noutro aspecto, observe-se que os documentos de fls. 158/181 não se referem aos títulos em cobrança.

Por outro lado, a comprovação de que a Requerida exerce atividade comercial está no estatuto social juntado por ela própria, estando, ademais, demonstrada pela Requerente o crédito que a legitima ao pedido de falência.

Acentue-se, para finalizar, que a alegação da Requerida de que não contratou a compra das mercadorias enviadas pela Requerente não alcança maior relevância se, malgrado o que alegou, as recebeu e não as devolveu. Ademais, os pagamentos parciais ocorridos (p.ex. das notas fiscais ns. 250509, 250510, 251082 – fls. 167, 169 e 173) afastam a irresponsável adução de inexistência de negócio.

No mais, ainda que não se negue as consequências funestas da falência, estando presentes os requisitos legais à sua decretação, não socorre o devedor renitente a lembrança dos prejuízos pessoais e sociais decorrentes da quebra.





Estado do Paraná

PODER JUDICIÁRIO



COMARCA DE CASCAVEL PRIMEIRA SERVENTIA CÍVEL

4

Autos nº 716/99

Nestes termos, com fulcro no artigo 1º da Lei de Falências, decreto nesta data, às 14:00 horas, a falência de CALÇADOS MANDARIM LTDA., estabelecida na Avenida Brasil, nº 6.174, neste município de Cascavel, Paraná.

Exerce a gerência da sociedade a sócia DENISE MARIA PANDOLFO DOS REIS.

Fixo no 30º (trigésimo) dia anterior à data do primeiro protesto o termo legal da falência e assino o prazo de 15 (quinze) dias para as habilitações de crédito.

Nomeio Síndica a Requerente, que no prazo de 24 (vinte e quatro) horas deverá assinar o compromisso legal, observado o disposto no artigo 60, § 5º, da Lei nº 7.661/45.

Proceda a Síndica à arrecadação dos bens da Falida (art. 70 da Lei nº 7.661/45), cumprindo, no mais, o determinado no artigo 63 da Lei de Falências.

Diligencie a Sra. Escrivã:

a) pelas providências dos artigos 15 e 16 da Lei de Falências;

b) pela imediata lacração do estabelecimento por Oficial de Justiça, que deverá desde logo relacionar os bens nele encontrados, com ciência do Dr. Curador; e

c) pela tomada de declarações da Falida, pela sócia-gerente, por termo, na forma do artigo 34 da Lei de Falências, designando-se data em 24 (vinte e quatro) horas e intimando-se.

Certifique-se a decretação da falência em todas as ações em trâmite neste Juízo em que for parte CALÇADOS MANDARIM LTDA., fazendo conclusos os autos respectivos.





Estado do Paraná

PODER JUDICIÁRIO



COMARCA DE CASCAVEL PRIMEIRA SERVENTIA CÍVEL

5

Autos nº 716/99

Finalmente, oficie-se às Serventias Cíveis desta
Comarca e às Varas do Trabalho de Cascavel, noticiando a decretação da
falência.

P. R. I.

Cascavel, 23 de novembro de 2.001.

Iraja Pigatto Ribeiro

Juiz de Direito

DATA

NESTA DATA, em Cartório, recebi os pre-
sentes autos, para constar, lavro este termo.

Cascavel, 23 de 11 de 2001.

IRENE MAURICIO SOUZA
Funcionária Juramentada





Estado do Paraná

PODER JUDICIÁRIO



COMARCA DE CASCAVEL PRIMEIRA SERVENTIA CÍVEL

5

Autos nº 716/99

Finalmente, oficie-se às Serventias Cíveis desta
Comarca e às Varas do Trabalho de Cascavel, noticiando a decretação da
falência.

P. R. I.

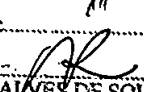
Cascavel, 23 de novembro de 2.001.


Irajá Pigatto Ribeiro
Juiz de Direito

DATA

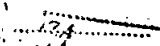
NESTA DATA, em Cartório, recebi os pre-
sentes autos, para constar. lavro este termo.

Cascavel, 23 de 11 de 2001.


IRENE ALVES DE SOUZA
Funcionária Jurementada

PUBLICAÇÃO

NESTA DATA, foi publicado em Cartório
a presente SENTENÇA de 20.11.2001.
E, para dar efeito, lavro o presente termo.
Cascavel, 23 de 11 de 2001.


IRENE ALVES DE SOUZA
Funcionária Jurementada

